

POR ENTRE AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: A ORALIDADE DAS LEMBRANÇAS EM MEIO A FRAGMENTOS DA HISTÓRIA

AMID THE MEMORIES OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: THE ORALITY OF MEMORIES AMONG FRAGMENTS OF HISTORY

ANA PANZANI

Doutoranda em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Educação e Bacharel em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

RESUMO

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), a violência perpetrada pelo regime foi de tal magnitude que a história oficial fragmentou e apagou muitos dos eventos ocorridos. Essa estratégia deliberada de dissociação histórica descontextualizou as atrocidades, transformando-as em eventos isolados e desconexos. Nesse sentido, pode-se depreender de que a documentação e a preservação histórica são moldadas por relações de poder, resultando no silenciamento de narrativas inconvenientes ao regime. No Brasil, essa manipulação resultou na ocultação dos relatos de tortura, morte e desaparecimentos, dissociando-os do contexto do regime e de seus responsáveis. Em contraste com essa tentativa de apagamento, o Memorial da Resistência, em São Paulo, busca preservar a memória histórica dos sujeitos que vivenciaram este período histórico. Neste contexto, este artigo tem como objetivo compreender a ditadura militar no Brasil (1964-1985) por meio da memória oral de sujeitos históricos que foram silenciados durante este período, de modo a reconhecer suas experiências na construção da história coletiva e das identidades individuais. A visita de MMA, um ex-militante que lutou contra o regime, ao Memorial da Resistência, representa uma reconexão com um passado que, embora doloroso, não pode ser apagado. Com base em metodologia qualitativa-exploratória, o presente artigo consiste na articulação entre (i) análise documental do acervo do Memorial da Resistência e (ii) a memória oral de militante contrário ao regime militar coletada durante realização de visita conjunta ao Memorial da Resistência. Destaca, assim, que, embora a transição para a democracia tenha sido marcada por concessões, a preservação da memória das violações cometidas pelo regime militar permanece central nas demandas da sociedade civil. O Memorial da Resistência pode simbolizar essa luta, garantindo que as atrocidades do passado não sejam esquecidas e que as futuras gerações possam aprender com os erros da história.

Palavras-chave: Regime militar no Brasil; Memória oral; Militância.

ABSTRACT

During the military dictatorship in Brazil (1964-1985), the violence perpetrated by the regime was of such magnitude that the official history fragmented and erased many of the events that occurred. This deliberate strategy of historical dissociation decontextualized the atrocities, turning them into isolated and disconnected events. In this sense, it can be inferred that documentation and historical preservation are shaped by power relations, resulting in the silencing of narratives inconvenient to the regime. In Brazil, this manipulation led to the concealment of reports of torture, death, and disappearances, dissociating them from the context of the regime and those responsible. In contrast to this attempt at erasure, the Memorial da Resistência in São Paulo plays a crucial role in preserving historical memory, offering a space for critical reflection and resistance to forgetting. In this context, this article aims to understand the military dictatorship in Brazil (1964-1985) through the oral memory of historical subjects who were silenced during this period, recognizing their experiences in the construction of collective history and individual identities. The visit of MMA, a former militant who fought against the regime, to the Memorial represents a reconnection with a past that, although painful, cannot be erased. Based on a qualitative-exploratory methodology, this article articulates (i) documentary analysis of the Memorial da Resistência's archive and (ii) the oral memory of an anti-regime militant collected during a joint visit to the Memorial. It highlights that, although the transition to democracy was marked by concessions, the preservation of the memory of the violations committed by the military regime remains central to the demands of civil society. The Memorial da Resistência can symbolize this struggle, ensuring that the atrocities of the past are not forgotten and that future generations can learn from the mistakes of history.

Keywords: Military Dictatorship in Brazil; Oral Memory; Activism.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS; 1 PERCURSO METODOLÓGICO; 2 FRAGMENTOS DA HISTÓRIA; 3 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO; 4 COM A PALAVRA: AS MEMÓRIAS DE MMA; CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE FICA DO QUE PASSA; REFERÊNCIAS.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que foi feito durante a ditadura militar no Brasil é de uma violência tão indizível, que a história contada até então foi fragmentada, apagada. Podemos aqui fazer um paralelo com que Ann Stoler (2011) conceitua como afasia, que é caracterizada pela perda e fragmentação históricas como ativamente criadas. Uma estratégia que apaga intencionalmente determinados eventos da narrativa de um fenômeno histórico e, assim, os dissocia daquele tempo e passam a ser eventos isolados. Um processo que, conforme destaca Trouillot (1995), não é objetivo e imparcial, mas sim moldado por relações de poder, perspectivas culturais e agendas políticas.

Neste contexto, de como o poder influencia quais eventos históricos são documentados e preservados nos arquivos, bem como quais narrativas são silenciadas ou negligenciadas (Trouillot, 1995), os relatos de violência, terror, mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar foram tão fragmentados e dissociados do regime pela narrativa histórica preponderante que passaram a ser relatos distantes. Memórias desconexas, eventos questionáveis e dissociados daquele tempo histórico para, então, serem também dissociados das instituições e responsáveis por tais atos.

Com o objetivo de explorar as dimensões subjetivas das histórias de vida das pessoas (Trouillot, 1995; Portelli, 1998), juntando fragmentos, escutas e registros, este artigo revisita o período compreendido pelo golpe militar e pela ditadura militar no Brasil, 1964 a 1985¹, por meio da escuta da memória oral de um dos militantes que lutaram pela queda do regime e pela redemocratização do Brasil. Ele será aqui identificado pelo nome de “Mergulhador em Mar

¹ Conforme Caroline Bauer (2015) destaca, não há concordância entre historiadores quanto às datas do golpe militar, do regime ditatorial e do regime transicional. Para fins deste artigo, vamos considerar o período por inteiro de governo militar, 1964 a 1985, como recorte temporal da ditadura.

Aberto”, doravante referenciado como MMA², e o acompanhamos a uma visita ao Memorial da Resistência, em São Paulo.

Para entender o papel do Memorial da Resistência na preservação da memória histórica, é importante considerar a perspectiva de Florestan Fernandes (1981) sobre a revolução burguesa no Brasil. Fernandes argumenta que o regime militar foi uma expressão da dominação de classe, que buscava não apenas reprimir movimentos sociais, mas também controlar a narrativa histórica. O Memorial, nesse sentido, emerge como uma forma de resistência a essa tentativa de apagamento, oferecendo um espaço para a preservação e a reflexão crítica sobre as atrocidades cometidas. Ele permite que as vozes silenciadas pelo regime militar sejam ouvidas e que a sociedade enfrente as contradições do passado em busca de justiça e reparação.

Além disso, a criação do Memorial da Resistência pode ser vista como parte de um movimento mais amplo de democratização da memória, que se opõe à ideologia dominante durante a ditadura, a qual, segundo José Chasin (2000), buscava legitimar a concentração de poder e a repressão em nome da "segurança nacional". O Memorial da Resistência desafia essa narrativa ao evidenciar as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, promovendo uma memória coletiva que resiste à tentativa de silenciamento e manipulação histórica. A memória de cada sujeito que vivenciou tal fenômeno, ao ser institucionalizada em espaços como esse, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais consciente de seu passado e de sua identidade.

Thomas Skidmore (1988) destaca a complexidade das transições políticas no Brasil. Argumenta que, embora a transição do regime militar para a democracia tenha sido marcada por acordos e concessões, a luta pela verdade e pela memória permaneceu como um ponto central nas demandas da sociedade civil. Nesse contexto, o Memorial da Resistência não é apenas um espaço de lembrança, mas também um símbolo da continuidade dessa luta.

A história do espaço físico do Memorial da Resistência começa em 1914, quando o edifício foi construído³. Foi a partir de 1940 que o Estado se apropria do edifício e o espaço

² O entrevistado solicitou não ser identificado, tendo em vista estarmos em uma história viva, com tensões diárias, represálias iminentes e cenários de incerteza(s) no campo político brasileiro. Seu nome real, seu codinome de militância e características pessoais e sociais também não serão aqui divulgados e, portanto, não serão considerados quando da análise dos dados coletados.

³ Disponível em: < <https://memorialdaresistencia.org.br/historico/> >. Acessado em: 18/01/2024.

passa a ser utilizado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP). Durante a ditadura militar, o Deops-SP foi um dos principais organismos de repressão e de censura do regime e um dos mais violentos. Foi neste prédio que muitas prisões políticas, torturas, mortes e desaparecimentos foram registrados e também outros tantos casos vêm sendo revelados. Em 1983, o departamento foi extinto e, intencionalmente, outros órgãos governamentais fizeram uso do prédio. Em 1999, o edifício foi declarado patrimônio histórico. O Memorial da Resistência nasce neste espaço em 2009.

Logo em seguida, em 2012, foi implementada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve como objetivo apurar violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, o que incluiu o período da ditadura militar.

Parte dos relatos e documentos da CNV compõem o acervo do Memorial da Resistência. Eventos intrínsecos, institucionalizados e perpetuados pelo regime. Estão no Memorial, nas memórias e coexistem persistentemente no tempo presente (Bevernage, 2011).

MMA nunca tinha ido ao Memorial da Resistência. Ao chegarmos lá, naquele espaço, olhou firmemente para uma porta contrária à que entramos e disse “Já passei por aquela porta”.

Foi encaminhado e fichado pelo regime em uma daquelas salas. E assim começou a nossa escuta.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo é o registro de uma escuta que buscou revelar silêncios (Cardina, 2013), com o objetivo de compreender a ditadura militar no Brasil (1964-1985), consideradas as memórias orais de um ativista brasileiro que lutou contra o regime ditatorial e sob lente crítico-reflexiva. Paulo Freire (1987) destaca a importância de uma abordagem dialógica e emancipatória na pesquisa, onde o conhecimento é construído coletivamente e a reflexão crítica é essencial para a transformação social. Essa metodologia vai além da mera descrição dos fatos, incentivando uma análise profunda que considera as relações de poder, as contradições sociais e as experiências subjetivas dos indivíduos.

Nesse sentido, a metodologia crítico-reflexiva utilizada não apenas registra as memórias orais de MMA, mas também as situa em um contexto mais amplo de resistência e

luta, questionando as narrativas oficiais e propondo novas formas de entender e representar a história (Kinsella, 2006; Freire, 1987). Esta abordagem permite que o estudo revele as camadas de significado nas experiências vividas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva que resista ao esquecimento e à distorção histórica.

Visa, portanto, dar voz às experiências das pessoas e grupos que foram ignorados, particularmente em contextos de resistência e de movimentos sociais, e entender a experiência histórica a partir de perspectivas pessoais (Portelli, 1998; Abrams, 2016; Thompson, 2022).

É, assim, caracterizado como estudo qualitativo-exploratório (Creswell, 2007; Gil, 2007), crítico-reflexivo com lente materialista-dialética, realizado com base no diálogo entre:

- i. Análise documental dos materiais do Memorial da Resistência, em São Paulo, que trata em sua exposição permanente sobre o período da ditadura militar no Brasil, inclusive com documentos e registros da CNV;
- ii. E a memória oral contada por MMA no decorrer da realização de visita conjunta ao Memorial da Resistência.

Este estudo se limita a coletar o testemunho oral de MMA e situar suas memórias à história da ditadura militar no Brasil circunscrita aos materiais e documentos presentes no decorrer da visita ao Memorial da Resistência. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e exploratória, está suscetível a subjetividades e vieses de pesquisador e entrevistado (Abrams, 2016).

O artigo apresenta o contexto do fenômeno com base em referencial teórico basal, porém, não se propõe a realizar revisão exaustiva do estado da arte a respeito do objeto que analisa ou a aprofundar conceitos e debates históricos, tendo, portanto, como principal objetivo dar voz às memórias de sujeito histórico.

3 FRAGMENTOS DA HISTÓRIA

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) representa um período de repressão política e violação dos direitos humanos, marcado por uma estreita aliança entre as elites econômicas, as Forças Armadas e setores internacionais, em especial os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. Sob a ótica do materialismo dialético (Lenin, 2012; Marx, 2015), é crucial entender esse regime autoritário como um fenômeno historicamente determinado, fruto das

contradições inerentes ao capitalismo brasileiro e da luta de classes em um cenário de intensas transformações sociais e econômicas.

A intervenção militar foi legitimada pela classe dominante como uma resposta à "ameaça comunista", mas, na verdade, tratou-se de uma reação à crescente mobilização popular e às demandas por reformas estruturais, como a reforma agrária, que colocavam em xeque os interesses latifundiários e empresariais. O golpe de 1964, portanto, não pode ser visto isoladamente, mas sim como parte de um movimento global de contrarrevolução preventiva promovido pelo imperialismo norte-americano, que buscava conter a expansão das ideias socialistas na América Latina (Goulart, 2012; Skidmore, 1988).

O aparato repressivo, institucionalizado pelos militares através de Atos Institucionais e outras medidas de exceção, visava não apenas a eliminação física e política dos opositores, mas também a manutenção da ordem capitalista e a reorganização do Estado em prol de um modelo econômico dependente, baseado na concentração de renda e na subordinação ao capital estrangeiro (Fiori, 1997). Essa estrutura econômica, sustentada por um Estado autoritário, foi responsável pela intensificação das desigualdades sociais e pelo aprofundamento das contradições do capitalismo no Brasil, que, por sua vez, geraram novas formas de resistência e de luta popular, culminando no processo de redemocratização (Moura, 1980).

Durante o período ditatorial, a repressão não foi apenas política, mas também cultural, buscando sufocar qualquer manifestação que questionasse o *status quo*, seja no campo das artes, da educação ou da imprensa. Conforme Chasin (2000) e Fernandes (1981), isso reforça a compreensão de que a ditadura não foi um desvio na trajetória do capitalismo brasileiro, mas sim uma forma particular de dominação de classe, que se utilizou da violência estatal para assegurar a reprodução das relações de produção e a hegemonia da burguesia.

A Ditadura Militar no Brasil reprimia violentamente as forças populares, políticas e culturais; em contrapartida, diversos sujeitos e coletivos buscavam criar condições para o desenvolvimento de novas formas de resistência e luta, pavimentando o caminho para a redemocratização e a continuidade da luta pela transformação social (Chilcote, 1990).

Podemos, portanto, compreender o Brasil como uma democracia jovem e recente, com desafios e incertezas locais e regionais e relacionada a organismos e desafios globais. Nestes pouco mais de 20 anos de século XXI, temos vivenciado crises e desastres sociais,

econômicos, ambientais cada vez mais agudos e perenes. Eventos extremos de saúde pública, o impacto negativo, cada vez mais visível, da ação humana no que se refere aos recursos naturais e a todos os ecossistemas que habitam conosco neste espaço, rompendo limites planetários e estando cada vez mais próximos a um ponto de inflexão, sem retorno. Eventos sistêmicos, multifacetados, complexos.

Com o advento da Covid-19, as crises locais, regionais e globais se intensificaram. Para Cardina (2020),

a crise tende a criar espaço para sentimentos nacionalistas, racistas e fascizantes e avoluma o perigo de saídas autoritárias. Se é verdade que os contextos históricos não se repetem, também é certo que as crises trazem consigo essa ameaça política, mobilizadora da incerteza, do medo e do ressentimento (Cardina, 2020, p. 81).

Neste contexto, estamos presenciando a ascensão de grupos e de governos totalitários de extrema-direita, de intensificação do nacionalismo, do racismo e da xenofobia em diferentes territórios (Fonseca; Amaral, 2017; Cardina, 2020; Santos; Lapa, 2021).

No Brasil, a ascensão da extrema-direita se consolidou rapidamente a partir de um cenário de insatisfação popular, inicialmente manifestado nas grandes mobilizações de 2013. Essas manifestações, que começaram como um movimento por melhorias nos serviços públicos, foram rapidamente capturadas por forças políticas diversas, algumas das quais aproveitaram o descontentamento popular para alimentar narrativas de crise política e corrupção generalizada. Este processo culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, que muitos autores caracterizam como um golpe parlamentar (Singer, 2018; Safatle, 2016). A partir desse momento, a extrema-direita encontrou terreno fértil para expandir seu discurso antissistema e antipolítica.

O candidato que emergiu como principal representante dessa corrente soube capitalizar a descrença no sistema político tradicional, promovendo-se como uma figura messiânica, dissociada das práticas políticas convencionais, apesar de sua longa trajetória dentro dessas mesmas instituições (Nobre, 2022). Esse movimento de dissociação foi amplamente sustentado por setores evangélicos conservadores, que viam no candidato alguém capaz de proteger e promover seus valores, utilizando a religião como uma ferramenta poderosa de mobilização política (Miguel, 2019). A aliança com líderes evangélicos foi

estratégica, pois reforçou a ideia de que o candidato era um “escolhido” para liderar o país em tempos de crise, apelando diretamente à fé de uma parcela significativa da população.

O sucesso dessa estratégia também pode ser explicado pela utilização eficaz das tecnologias digitais e das redes sociais. O candidato e seus apoiadores utilizaram redes de comunicação complexas para disseminar mensagens simplistas e polarizadoras, muitas vezes baseadas em desinformação. Estudos como os de Evangelista e Bruno (2021) e Reis (2020) apontam que essas redes digitais, muitas vezes operando fora do controle dos grandes meios de comunicação tradicionais, foram cruciais para criar um ambiente de constante agitação e para difundir uma narrativa de “nós contra eles”. Essas mensagens não apenas mobilizaram o eleitorado, mas também ajudaram a solidificar a base autoritária que já existia no país, dando-lhe uma voz e uma identidade política coesa.

Refletindo discursos e práticas do regime militar, esse processo de aglutinação de eleitores em torno da extrema-direita foi marcado pela criminalização das lutas sociais e pela promoção de uma agenda que minimizava a importância dos direitos humanos e da democracia. A maioria da população que se alinhou com essa narrativa antissistema o fez na esperança de soluções rápidas e eficazes para os problemas complexos enfrentados pelo Brasil, desde a violência urbana até a corrupção endêmica (Priori, 2020).

Se, por um lado, este contexto recente da história brasileira evidencia a necessidade de termos e mantermos uma memória coletiva de nossa trajetória, por outro, deixa abertas as fragilidades de nossa democracia, que flerta, de tempo em tempos, com agendas que reverberam as sementes e práticas da ditadura militar brasileira.

Nesse sentido, passado e futuro coexistem (Bevernage, 2011). Um tempo histórico, como a luta pela derrubada da ditadura militar e pela redemocratização do País, foi intencionalmente fragmentado (Stoler, 2011) por anos, silenciado ao máximo. E o discurso de ódio contra a luta pela democracia se intensificou com a ascensão da extrema-direita. Mas, como veremos a seguir, há espaços de resistência e de memória.

4 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Memorial da Resistência é uma instituição dedicada à preservação de referências às memórias de resistência e repressão política na República do Brasil (de 1889 até o presente).

A resistência erguida permanentemente neste Memorial, e presente nos registros da CNV, coabita um espaço-tempo em que estão ativas as frentes de extrema-direita, com suas narrativas negacionistas, de ódio e de repressão às lutas de classe, democráticas e identitárias, em uma constante dicotomia e tensão perenes.

Em 1914 o edifício em que está o Memorial foi construído. A história do edifício se confunde com as memórias dos sujeitos e com a história de São Paulo. O espaço foi sede de escritórios e empresas, até que, em 1940, foi incorporado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP).

Este departamento foi a prisão política de uma das instituições mais violentas do Brasil, uma das forças policiais políticas mais implacáveis do país, especialmente durante o regime militar. E este foi um dos principais locais de repressão, tortura, prisão, morte e desaparecimento de quem lutava pela redemocratização.

Em 1983, o departamento foi extinto e outros órgãos governamentais fizeram uso do espaço. A utilização imediata do prédio por outros órgãos públicos dissociados do Deops-SP é uma das estratégias de apagamento e fragmentação do período. Para, assim, omitir e abrandar, até ser esquecida, toda a repressão ocorrida naquele espaço.

Suzana Draper (2015) sugere que o movimento composto pela eliminação das marcas territoriais da repressão e das evidências materiais de uma época por meio da reconfiguração arquitetônica e da função pública daquele espaço - para além de um apagamento intencional das provas de um regime violento - é como um programa de invisibilidade daqueles sujeitos que lá estiveram como presos políticos. Um silenciamento, enterrando suas histórias naquele espaço, apagando lutas, resistências, sofrimentos, mortes e desaparecimentos que lá ocorreram, apagando os próprios sujeitos e reduzindo-os a fantasmas.

Viviane Borges (2022) vai ao encontro destas reflexões quando analisa as contradições da patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru, na cidade de São Paulo⁴. Se, por um lado, houve o apagamento das marcas arquitetônicas com a implosão de quase todos os pavilhões e reorganização do espaço como parque público, por outro, é um

⁴ Palco, em 1992, de massacre perpetrado pela polícia militar do Estado de São Paulo, executando 111 presos no Pavilhão 9, com o objetivo de conter uma rebelião e possíveis fugas. tomada de decisão foi de responsabilidade do coronel Ubiratan Guimarães, autorizada pelo Secretário de Segurança Pública do estado, Pedro Franco de Campos. À época, o governador de São Paulo, Fleury Filho, indicou que não foi consultado, mas, se fosse, teria autorizado a intervenção.

reconhecimento da história da cidade ao ser caracterizado como patrimônio cultural da cidade, de memória do massacre. A autora destaca que esta contradição evidencia um apagamento e uma despolitização do que acontecera naquele espaço, por meio de uma memória neutralizada, revelando os limites de tratamento e de reconhecimento dos sujeitos quando a violência extrema e indizível é contra presos comuns.

Em um movimento de reconstrução da história de São Paulo, no final dos anos 1990, o poder público visou recuperar os sítios históricos para que pudessem ser identificados, considerados e reconhecidos pela sociedade. Nesta mesma época, tanto o Carandiru quanto outros espaços da capital paulista foram declarados como patrimônio cultural. O prédio do Deops-SP foi declarado patrimônio histórico em 1999.

Depois de restaurado, foi inaugurado em 2002, como Memorial da Liberdade, com abertura ao público para visita às instalações do que foram as celas do Deops-SP no decorrer da ditadura militar. E lá estavam as celas, em um prédio repleto de fantasmas, de um tempo de violências políticas e militares, de uma história fragmentada e intencionalmente narrada e, até então, incorporada à história de um País como um tempo passado, reduzido a alguns eventos e encerrado em 1985.

Não é tão simples reconstruir a história após tantos anos de silenciamento e apagamento. Ainda mais tendo em vista que a compreensão tradicional do tempo pelos historiadores pode ser estruturalmente mais alinhada com o ponto de vista dos perpetradores do que dos que sofreram seus abusos (Bevernage, 2011).

Um dos questionamentos de Suzana Draper (2015) é exatamente em como recuperar esses espaços e reorganizá-los, sem silenciar as vozes que lá estiveram, sem apagar o que foi feito com elas e de modo respeitoso. Para Elizabeth Jelin (2021), é por meio de processos de seleção e de esquecimento que as memórias sociais são construídas, negociadas e contestadas ao longo do tempo.

Foi neste trilhar de reivindicação da narrativa pelos próprios sujeitos, que o Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo se mobilizou e propôs a mudança de nome do espaço. Para eles, *liberdade* não era um termo adequado para caracterizar um lugar de execução de tanta violência e terror justamente em repressão a quem lutava por liberdade.

Em 24 de janeiro de 2009 o Memorial da Resistência⁵ foi reaberto ao público. Reformado, reformulado, com novo nome e *ratificando seu compromisso com a ampla compreensão da memória e da história política do Brasil*.

Já em 2012, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV foi instituída para colocar luz nos fragmentos do terror, apurar os eventos, criminalizar os responsáveis, preencher a história com os eventos que a compuseram de modo sistemático e institucionalizado. Teve como pressuposto “uma problematização sobre o tempo, mais especificamente, sobre a noção de presente enquanto construção – como lugar e como objeto de uma interpelação” (Bauer, 2015).

Para Skidmore (1988), apesar de a transição do governo ditatorial para o democrático não ter levado a uma ruptura radical com o passado, a criação de mecanismos como a Comissão Nacional da Verdade constituiu um passo crucial para a sociedade civil. A CNV desempenhou, portanto, um papel essencial ao documentar e investigar as violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. Buscou recuperar, evidenciar e revelar as memórias de quem passou por toda a violência e terror da ditadura militar e as histórias que permanecem vivas nas relações sociais e nos crimes nunca solucionados, como os desaparecimentos de diversos militantes, tecendo novamente a história, com cada fragmento isolado se tornando parte de um todo até então indizível e apagado (Stoler, 2011; Trouillot, 1995).

Ao instituir a CNV, a presidenta Dilma destacou que “a ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latente mágoas e rancores (...); a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou”⁶.

A CNV buscou, portanto, dar voz a sujeitos de luta que foram oprimidos e, desde então silenciados, de modo a reconhecer suas experiências na construção da história e contribuir para a construção das identidades individuais e coletiva (Trouillot, 1995; Portelli, 1998; Thompson, 2002).

⁵ Para conhecer mais sobre o Memorial da Resistência, recomendo a leitura do livro de comemoração de seus 10 anos: < https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LIVRO_Memorial-da-Resistencia-10-anos.pdf >.

⁶ Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>, último acesso em 17/01/2024.

Uma busca pela verdade, apurando e identificando os eventos para recuperá-los e reinseri-los nos registros da história brasileira e para serem reconhecidos como o que efetivamente foram: violações dos direitos humanos e procedimentos violentos institucionalizados pelo regime, *modus operandi* estrutural da ditadura militar no Brasil. E parte dos registros, materiais, documentos e arquivos audiovisuais da CNV fazem parte da exposição permanente do Memorial da Resistência.

O Memorial da Resistência e a CNV trazem à tona as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado. Chasin (2000) destaca que a memória institucionalizada nesses espaços é fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente de seu passado. de acordo com o autor, a preservação e a disseminação dessas memórias são vitais para impedir que as futuras gerações repitam os erros do passado, oferecendo uma resistência contínua à manipulação histórica e ao esquecimento induzido.

Com base nesse recorte temporal e documental, vamos nos ater ao acervo permanente da exposição do Memorial da Resistência – que, além de ser pública e perene, está em constante ampliação, conforme novos relatos e materiais são coletados. Envolve, assim, uma dimensão de participação pública (Abrams, 2016) para contestar narrativas, revelar histórias, recuperar fragmentos, compartilhar e preservar memórias individuais e coletivas.

O acervo – físico e digital – está organizado em seis coleções (Figura 1). Nós nos ateremos às três primeiras, que foram as que visitamos⁷:

⁷ Para conhecer os critérios e campos de catalogação do acervo e, então, navegar por entre as coleções, clique aqui: < <https://memorialdaresistencia.org.br/sobre-as-colecoes/> >.

LUGARES DA MEMÓRIA: Coleção dedicada à apresentação do inventário dos lugares da memória vinculados a eventos de resistência e de repressão políticas do estado de São Paulo e do Brasil, a partir das narrativas produzidas pela Coleção Testemunhos e Coleção Pessoas. Aqui estão reunidas referências sobre o universo temático dos lugares de memória, aproximando o debate do campo de patrimônio cultural e da memória coletiva vinculados à repressão e resistência nos contextos históricos da ditadura Vargas e a civil-militar.

PESSOAS: Coleção dedicada à apresentação de pessoas envolvidas no contexto ditatorial, reunindo entrevistados pelo Memorial da Resistência, identificados como ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, militantes de movimentos sociais e defensores dos Direitos Humanos. Além disso, apresenta também o perfil dos Mortos e Desaparecidos Políticos e Agentes da Repressão identificados em testemunhos e nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014).

TESTEMUNHOS: Coleção dedicada ao acervo audiovisual de entrevistas sobre a última ditadura militar, produzidas pelo Memorial da Resistência com ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e militantes de movimentos sociais.

ORGANIZAÇÕES: Coleção vinculada às informações fornecidas pela Coleção Pessoas, trazendo, no momento, uma lista nominal das organizações.

REFERÊNCIAS: Coleção que reúne fontes bibliográficas reunidas pela instituição sendo importante, nesse caso, destacar que ao longo de sua existência o Memorial reuniu considerável acervo de referências bibliográficas acerca de seu repertório temático e de atuação. Atualmente esse acervo conta com mais de 800 publicações divididas em temas gerais como Memória e Biografias, Museologia, Lugares da Memória, História Geral e História do Brasil Contemporâneo, Educação em Direitos Humanos, História da Ditadura e Catálogos de exposições de instituições congêneres.

EVENTOS: Coleção vinculada às informações fornecidas pelas coleções Testemunhos e Pessoas, trazendo, no momento, uma lista nominal cruzada às informações de ano e contexto (nacional ou internacional). Cabendo, posteriormente, a possibilidade de que cada evento identificado possa ser constituído de um verbete juntamente com iconografias.

Figura 1: Coleções (Fonte: Elaborado pela autora, com base em: <https://memorialdaresistencia.org.br/sobre-as-colecoes/>).

E encerramos com a visita às celas (Imagem1):



Imagem 1: Cella do Memorial da Resistência (Fonte: foto registrada pela autora).

Durante nossa visita, pudemos observar que o Memorial da Resistência privilegia o que conta cada sujeito. Mesmo na coleção “Lugares da Memória” e na linha do tempo disposta em um dos salões do espaço, na transição de uma coleção e outra, é possível identificar a origem do registro, quem contou aquele ponto para a tessitura do memorial.

Salvaguardadas as complexidades de representar as experiências pessoais em um contexto mais amplo (Abrams, 2016), pudemos depreender que a abordagem do Memorial considera a participação ativa das pessoas na criação e na narração de suas próprias histórias, que vai além dos eventos e de datas tradicionais, explorando suas dimensões subjetivas e permitindo a cada uma delas que comunicasse suas experiências de vida. As coleções do acervo são as próprias pessoas (Portelli, 1998; Thompson, 2022).

E isso ficou nítido quando MMA estabeleceu diálogos com as pessoas que ali estavam por meio de suas memórias. Caminhando por entre as suas memórias e as de seus contemporâneos de resistência e luta.

5 COM A PALAVRA: AS MEMÓRIAS DE MMA

MMA nasceu nos idos dos anos 1950, viveu a ditadura militar, foi militante de centro acadêmico universitário e integrante de célula partidária, lutou pela democracia e assim permanece no século XXI: plantando sementes para que a luta pela democracia e pela justiça social permaneça atenta e ativa. Ficaremos limitados a estas informações sobre MMA, sem caracterizar dados e contextos que possibilitem que ele seja identificado. Pois, como ele mesmo nos disse:

MMA: É que, hoje em dia, as coisas estão mudando de novo. Melhor nem ficar falando [de nomes]. Vai que precisa usar a mesma lógica. Vai saber, né, com esses malucos que estão por aí, né?

Cardina (2013), destaca que a natureza expressiva do silêncio emerge daquilo que chama de questão de conduta. Em um contexto em que constituir resistência por meio de luta política era proibido, e que os que iam contra o sistema eram sistemática e violentamente perseguidos, a cultura da clandestinidade era um mecanismo de sobrevivência. Ninguém sabia e nem tentava descobrir os dados pessoais, endereços ou fatos. E esta conduta permanece até os dias de hoje.

E, assim, o passado que perdura no presente foi sendo revelado por MMA, com parcimônia, desvios, hesitação e silêncio. As memórias de MMA foram sendo relembradas e verbalizadas já no caminho para o Memorial da Resistência, local que ele nunca visitou desde sua inauguração.

Fomos cada vez mais recuperando o tempo passado naquele presente, como duas dimensões coexistindo no mesmo espaço-tempo. No decorrer do curto trajeto que percorremos de carro pelas ruas do centro de São Paulo, MMA foi apontando para diferentes locais da cidade que foram marco da resistência no período da ditadura militar. Passamos em frente a teatros, universidades, praças, locais de resistência e de mobilizações.

Mas, foi quando lá chegamos que a primeira memória veio à tona (Imagem 2):

MMA: Eu cheguei a conhecer aqui, a parte interna. Nunca participei. Nunca fui torturado, mas fui registrado aqui. Fui registrado aqui. Toquei piano⁸ e fui fotografado. E é assim.



Imagem 2: Porta de entrada do Memorial da Resistência, pela qual MMA adentrou o edifício quando conduzido à época da ditadura (Fonte: foto registrada pela autora).

⁸ Alusão ao ato de colocar as impressões digitais em formulário de cadastro.

A partir daí, demos início à visita, nesta sequência espacial e temporal: Lugares da memória, Pessoas e Testemunhas, um salão cada uma. Por fim, as celas.

5.1 Lugares da Memória

Hesitou, silenciou e adentramos ao primeiro salão, a coleção “Lugares da Memória”. Nele, havia uma série de placas penduradas na parede com nome de lugares em que eventos de resistência foram relatados pelas pessoas ao Memorial. Muitos desses locais eram os que MMA foi nos mostrando no trajeto até o Memorial (Imagem 3).



Imagem 3: Paineis no salão “Lugares da Memória” sob observação de MMA. Fonte: foto registrada pela autora.

Ficamos ali, lendo cada nome, enquanto MMA ia revivendo os lugares:

MMA: A Igreja da Sé era um local de resistência. O Largo de São Francisco. (...) talvez a primeira manifestação de rua que eu me lembro de ter participado foi na frente do Largo do São Francisco e caminhamos até a Praça da República.

E nome a nome, endereço a endereço, memórias eram compartilhadas. Quando, após uns dez minutos apenas andando em frente às placas, localizando e reconhecendo o nome dos

locais que MMA citava, que desvelamos que, atrás de cada placa, havia fotos e informações sobre o local (Imagem 4).

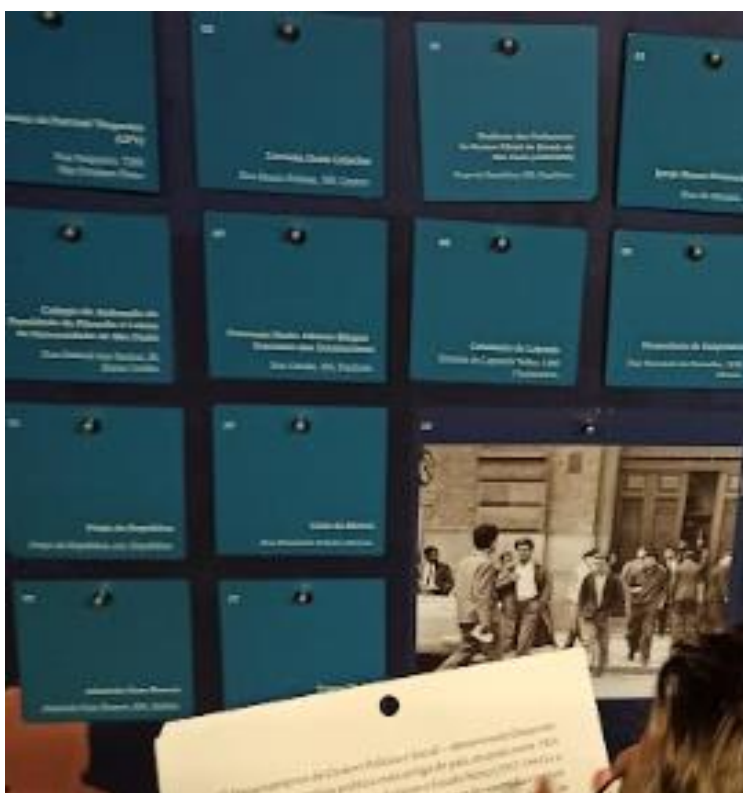


Imagem 4: Painel com placas de lugares e descritivo no verso no salão “Lugares de Memória”, sendo lido por MMA (Fonte: foto registrada pela autora).

Voltamos uma a uma e fomos ouvindo o caminhar sereno de MMA, conhecendo e reconhecendo cada registro e cada relato, escutando o que dizia ao habitar as duas dimensões:

1964: O golpe militar, a educação e as primeiras memórias de resistência

MMA: Tudo começa quando, 1964, que é onde tem o golpe militar. Eu estava fazendo o ginásio. (...) mas a gente já tinha noção porque tinha a professora de português, por exemplo, e o filho dela eram da ativa. Esquerda. Era uma escola pública ainda de muito boa qualidade. (...) Os professores, muito além de competentes, todos progressistas. Não com todos. Mas tinha uma professora de português (...), era uma cabeça. E o filho dela, se não me engano, foi preso.

1964: Circulando, circulando!

MMA: E foi quando teve o golpe. Canhões, tanque do exército e o exército patrulhando. E ficou ali. Isso em 64. Era criança. Mas assim, a gente, a molecada, a gente normalmente saía no intervalo (...). Não podia. Então eu lembro disso, criança, mas assim mesmo não entendia

direito o que estava acontecendo. Mas você chegava na frente da escola, por exemplo, eles não deixavam ficar mais de dois juntos (...) Nada de agrupar, né? Isso foi em 64 mesmo.

1964-1968: do golpe à ditadura e o AI5 – o sonho do messias

MMA: Implantou o governo militar em 64, mas no início eles tinham uma dinâmica que, em tese, era para sair depois de pouco tempo, não é? Só que aí a coisa foi radicalizando e os grupos também radicalizando dentro do próprio exército. E particularmente o pessoal de São Paulo, que era o segundo exército aqui de São Paulo, eram dos bem radicais de direita, vamos dizer assim. (...) Teve o tal do AI5, que aí sim, fechou tudo; que é o sonho do Bolsonaro, a reedição do AI5. Fecha o Congresso, fecha tudo. De 68 para frente, a coisa começou a pegar forte.

Anos 1970: educadores como referência

MMA: Aí já *tava* no segundo grau no colégio, que era o [nome e descrição do colégio] com uma linha bastante progressista. Foram acusados que davam guarida para o pessoal de esquerda e etc. Todos eles ali tinham uma tendência bastante progressista. Tive aula com um professor de sociologia. Que no ano seguinte sumiu, desapareceu. De física foi preso também. Então ali começou. É esse que desapareceu. Todo mundo achou que estava morto. Muitos anos depois, ele apareceu, mas completamente surdo.

Anos 70: educação libertária

MMA: Você começa a aprender com isso. Quer dizer, (eu) tinha uma formação familiar católica, onde a questão do humanismo sempre foi a tônica. E depois você vai entendendo e aprendendo que dentro desse sistema, as questões, os conflitos sociais, a pobreza, principalmente o analfabetismo. No colégio, aí sim, as aulas de história muito consistentes. (...) Os conflitos, a questão do conflito de classe, essa coisa toda. (...) Acho que foi então aí que começou essa compreensão de que, para você ter uma evolução social, seria necessária uma transformação política do poder, uma ruptura, esse tipo de coisa.

Anos 70: breaking news

MMA: Censurado, o Estadão colocava receita de bolo. Porque os órgãos de imprensa tinham censores dentro que ficavam ali. Então, quando era uma matéria censurada, o Estadão, por exemplo, colocava. Eu me lembro bem de receita!

1974-1976: operação OBAN

MMA: 74 comecei na faculdade. Nessa época aí foi o forte mesmo. Até 76. É que houve mesmo uma ação violentíssima aqui desses órgãos de repressão que sumiram com gente. A tal da Operação Oban⁹, precisaria resgatar exatamente qual que é a época exata que jogavam, entregavam, prendiam, matavam e jogavam no meio do oceano, né?

1972-1976: os centros acadêmicos

MMA: Tinha lá na faculdade o Centro Acadêmico [nomes suprimidos]. Teve aquele conflito¹⁰ lá na Maria Antônia e todo o pessoal do Mackenzie, da Faculdade de Filosofia da USP. Assim como eles interferiram no movimento sindical, também interferiram no estudantil. Aí proibiu os centros acadêmicos e eles criaram os diretórios acadêmicos. E esses diretórios acadêmicos passavam por um certo crivo da direção das instituições. Mas aí nós mantivemos. Quer dizer, constituía como diretório para poder ter a formalidade junto à faculdade, mas mantivemos o nome do centro. É. Desde aí, já no segundo ou terceiro ano. Eu comecei a participar do Centro Acadêmico. Estava no quarto ano da faculdade, eu fui presidente do Centro Acadêmico.

1975: 25 de outubro – a morte de Vladimir Herzog¹¹

MMA: Um marco importante para mim foi quando morreu aqui no DOPS, Vladimir Herzog, que era um jornalista progressista. Mas em hipótese alguma era uma ameaça do sistema. Era daqueles intelectuais super do bem, vamos dizer, né? (...) E então era um cara que foi torturado e morreu. Aí tem a fotografia dele enforcado com uma gravata, como se ele tivesse se enforcado e isso foi um estopim que já estava começando. Acho que foi a confirmação em 1975. E teve a missa, um culto ecumênico lá na Praça da Sé, que lotou. E isso eu fui. Isso foi um grande marco, né? Porque aí todo o pessoal da Igreja progressista, movimento estudantil, movimento operário, porque já estava tudo proibido, desestruturado, começou como se falar.

1975-1979: comunicação

MMA: Dentro do movimento estudantil a gente tinha, só tinha reuniões mesmo, contatos e etc, né? (...) Quer dizer, não conversava, não existia celular, computador, nada disso. Conversavam no telefone normal e para o pessoal que estava na clandestinidade mais para frente.

1978-1980: a militância no PCdoB

⁹ Sem registros oficiais, a Oban – Operações Bandeirantes – funcionava à margem da lei, com homens das Forças Armadas e das polícias, e contava com financiamento privado de empresários, como se fosse um grande grupo miliciano. Foi oficializada em 1970, com o nome de Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). Disponível em: < <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/quando-os-vencidos-narram-a-historia/> >. Acessado em: 18/01/2024.

¹⁰ Evento de 1968, conhecido como A Batalha da Maria Antônia, alunos da USP contra a ditadura militar e do Mackenzie, a favor, se agrediram em confronto que terminou com um secundarista baleado e morto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/10/a-batalha-entre-estudantes-da-usp-e-da-mackenzie-na-rua-maria-antonia.ghtml> >. Acessado em: 18/01/2024.

¹¹ Disponível em: < <https://www.fffch.usp.br/127836> >. Acessado em: 18/01/2024.

Nesta parte, observamos uma hesitação permanente. E, possivelmente, intencional, de autodefesa. As palavras saíam cortadas e os eventos eram narrados em fragmentos, impossíveis de serem desvelados. E tudo que nos disse a respeito destes três anos consta a seguir.

MMA: Eu acabei militando no partido. Aí você tomava cuidado até fazer contatos via telefone, né? Aí você tinha esquemas. Ainda no momento do partido, aí já eram células clandestinas mesmo. Aí que eu quero dizer que eu comecei, né? Tinha tido a Guerrilha do Araguaia... Isso aí já foi quando a coisa começou do partido, né? 78, 79... já tinham matado todo o pessoal lá do Araguaia.

[pausa]

MMA: Bom, mas aí voltando um pouco para o Centro acadêmico. A ditadura militar de extrema-direita, ela te leva, para você que é um humanista, um progressista, uma pessoa que quer ver a sociedade melhor, o caminho que você tem que ir é para a esquerda mesmo.

[em uma digressão pontual ao olhar uma foto. Reconheceu uma militante, citou nomes. E relembrou de seus mentores.]

MMA: Conheci bastante ela, o marido dela, que inclusive é quem me orientava nas questões do próprio partido. Conversávamos muito. É que, hoje em dia, as coisas estão mudando de novo. Nem ficar falando, tá bom? Vai que precisa usar a mesma lógica, né não? Mas vai saber, né, com esses malucos que estão por aí, né? Mas depois que não tiver mais aí...

[em outro momento]

MMA: Aí quando eu fiquei orgânico, já foi no PCdoB. Aí eu participei mesmo do partido, ainda na fase da clandestinidade. Mais estruturada mesmo foi isso. 78, 79, 80. Daí eu saí também.

E transitamos desta primeira coleção para a segunda sala.

5.2 Pessoas

Neste espaço havia fotos, registros, falas e documentos pessoais. MMA foi identificando conhecidos pessoais, relatando suas histórias. Por se tratar de dados que permitem a identificação dos sujeitos, vamos nos ater ao contexto. Nesta sala, ao falar das pessoas, MMA falou sobre como elas se organizavam nos partidos e movimentos, trazendo à tona os conflitos da esquerda brasileira àquela época:

Guerrilha do Araguaia

MMA: No caso de Araguaia, a tendência de ir radicalizando é que você vai dando a resposta naquele afã do, não, vou mudar o mundo (...). E começa a radicalizar. E claro, aí é ótimo para a repressão também. Que até hoje a gente ouve, né? Porque é tudo terrorista, tudo não sei o quê, pá, pá, pá.

PCB – De Comunista do Brasil a Comunista Brasileiro

MMA: E então foi esse tipo de movimento, muita divisão dentro da própria esquerda, no sentido de correntes, né? (...) E tem a ruptura do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O nome original do Partido Comunista era o Partido Comunista do Brasil, que dá a ideia da internacionalização. Você tinha o Partido Comunista de determinados países. Isso quando tem essa ruptura, o pessoal que era prevalente, mudou para Partido Comunista Brasileiro, exatamente para romper um pouco com essa história da internacionalização, que tem a ver com as internacionais socialistas. A segunda é. Bom, é o PCdoB.

PCdoB

MMA: E aí tem um grupo que cria o PCdoB, mantém o nome PCdoB, é alinhado na época mais com China e tinha uma grande polêmica: a revolução vai começar pelo campo, pela cidade. Então vai pelo movimento operário ou pelo movimento camponês.

MDB e Arena:

MMA: Aí, o pessoal do PCB falava, não temos condição objetiva, não tem base de sustentação para fazer esse processo. Então, passaram a ser acusados de revisionistas. O pessoal, quando começou a legalizar, voltou eleição e tal, todo esse grupo ficou dentro do MDB, né, que na época só tinham dois partidos com a primeira abertura: Arena e MDB. E a Arena que era do governo e o MDB. E aí todo esse pessoal se organizou dentro da própria legenda do MDB. Valia o que era a via, né? O único partido que você tinha, que era uma grande frente democrática, vamos dizer assim, era MDB. Que tem toda a história do Ulysses Guimarães e todo esse povo, né? Que foi culminar com as Diretas Já.

Clandestinos

MMA: Existiam os que estavam dentro da via parlamentar, que pertenciam a alguns partidos que também eram clandestinos. Esse MR8, o próprio PCdoB. Estavam na via parlamentar, mas tinha a estrutura clandestina.

O cansaço batia. Notamos que as memórias eram mais que lembranças, eram (re)vivências. Mas, como toda luta, seguimos ao próximo ato. À terceira sala.

5.3 Testemunhos

Em uma sala escura, assistimos uma obra audiovisual composta de diversos excertos de relatos de mulheres para a CNV. Uma delas era a presidenta Dilma Rousseff. Após assistirmos ao vídeo, perguntamos se MMA a conheceu:

MMA: Eu também conheci a Dilma? Não. E ela é um pouco antes, né? Já no início, já ela pegou essa parte, mais a época mais cabeluda, e era do grupo, da parte armada a partir da cidade; eu era da turma do PCdoB, que defendia a luta armada do campo para a cidade.

5.4 Ato final: as celas.

Escutamos o que o silêncio dolorosamente nos disse. O silêncio das vozes dos que lá estiveram, o silêncio verborrágico que emanava de MMA (Imagem 5).



Imagem 5: Corredor na parte posterior das celas com a presença de MMA (Fonte: foto registrada pela autora).

De lá, retornamos à porta de entrada, para, por ela, sair com a certeza de que a história segue viva e em construção. É preciso ouvir – o silêncio, as falas, os registros – para sentir.

Para entender. Para melhor compreender. Para, conforme Hartog (2003) e Bauer (2015), ver por outros ângulos, com outros matizes, um passado que permanece presente, um passado que não passa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE FICA DO QUE PASSA

“E hoje? Que lugares da resistência e de repressão fazem parte da sua história?”

Memorial da Resistência

O percurso deste estudo parte do contexto contemporâneo, com reflexões transversais, e culmina em uma visita ao Memorial da Resistência, com escuta ativa e atenta às memórias de MMA. Com base em análises documentais e em escuta desta memória oral, o texto costura cada ponto para a elaboração de um conto coletivo, científico e acadêmico, bem como considera as sutilezas e bravura deste relato pessoal, detalhado e visceral.

Paulo Freire (1987; 2005; 2013) enfatizava que devemos promover uma educação libertária e emancipatória, de modo que cada um de nós possa ler, agir e refletir no mundo e na sociedade de modo crítico e autônomo. É preciso buscar caminhos constantes de luta e de resistência.

Eventos traumáticos não são apenas memórias do passado, mas também influenciam o presente (Bevernage, 2011). No caso do Brasil, o regime militar buscou deliberadamente dissociar as violências de seu contexto, criando uma afasia histórica (Stoler, 2011), uma narrativa fragmentada e muitas vezes desprovida de significado para as gerações subsequentes. Neste sentido, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o acervo do Memorial da Resistência ilustram como a memória histórica pode ser resgatada e recontada de forma a enfrentar a tentativa de apagamento promovida pelo regime militar.

A escuta ativa das memórias de MMA permitiu-nos um mergulho profundo nas experiências vividas durante o regime militar, desafiando a narrativa oficial e oferecendo uma visão mais rica e complexa da história: uma perspectiva única e pessoal sobre eventos

históricos, revelando nuances e dimensões que os documentos formais muitas vezes não capturam (Portelli, 1998); Abrams, 2016).

A história é muitas vezes moldada por interesses e agendas políticas (Trouillot, 1995), e o regime tentou apagar certos aspectos da história, buscando legitimar a repressão e silenciar as vozes críticas (Fernandes, 1981; Chasin, 2000). Apesar de as transições não serem totalmente limpas, mecanismos como a CNV desempenham um papel essencial na promoção da justiça e na preservação da memória histórica (Skidmore, 1988). Cardina (2013) destaca que, quando certos eventos e experiências são excluídos da narrativa oficial, pode-se considerar que houve um apagão histórico intencional, com o objetivo de silenciar os sujeitos, e reitera como o trabalho de recuperação e preservação é essencial para garantir uma visão completa da história.

O Memorial serve, portanto, como uma forma de resistência ao expor e documentar as violações de direitos humanos, por meio de um espaço para a recuperação e análise crítica das memórias do regime. Pudemos observar que, ao incorporar os relatos da CNV e as memórias orais de sujeitos partícipes ou afetados pelo fenômeno, ajuda a preencher lacunas e a restaurar a continuidade histórica. Oferecendo uma plataforma pública para as memórias e os relatos que foram previamente marginalizados ou ignorados serem desvelados e acessíveis a toda a população.

Histórias reveladas e desveladas após tanto tempo de silenciamento. Um regime ditatorial militar que tem data fim, mas que não terminou, coexiste em nosso tempo presente, como uma persistência do passado no presente (Bevernage, 2011), um fantasma que persiste ao longo do tempo (Cardina, 2013).

Com base no relato verbal de sua memória, inflamada e revivida pelos caminhos do Memorial, ouvimos não só o que MMA falava, mas escutamos suas reações, suas digressões, seus olhares. Pesquisar um fenômeno por meio da memória oral nos deu a possibilidade de escutar o que o coração dizia, ouvir o que a razão tinha a dizer, sentir o que não pôde ser dito e logo foi censurado por ele mesmo, guardado para si. Os olhos, os passos, os gestos – estes falaram sem parar.

E uma outra compreensão da história paulistana e brasileira foi desvelada, revelada e tecida junto a tantas outras memórias e registros. E que haja mais espaços de escuta, de ação,

de reflexão crítica, de educação. Sigamos dando voz ao silêncio, sigamos esperando (Freire; 1987), sigamos em luta.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Lynn. **Oral history theory**. New York: Routledge, 2016.
- BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *In: Anos 90*, 22(42), p. 115–152, 2015.
- BEVERNAGE, Berber. **Introduction to History, Memory, and State-Sponsored Violence Time and Justice**. New York: Routledge, 2011.
- BORGES, Viviane Trindade. A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. *In: Tempo*, v. 28, n. 3, p. 241–262, set., 2022.
- CARDINA, Miguel. To talk or not to talk. Silence, Torture, and Politics in the Portuguese Dictatorship of Estado Novo. *In: Oral History Review*, n. 40 (2), pp. 251-270, 2013.
- CARDINA, Miguel. Políticas da memória. *In: REIS, José (coord.). Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Coimbra: CES/Almedina, 2020.
- CHASIN, José. **O capital e sua lógica**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CHILCOTE, Ronald H. **Power and the ruling classes in Northeast Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CRESWELL, John W. et al. Qualitative research designs: Selection and implementation. *In: The Counseling Psychologist*, v. 35, n. 2, p. 236-264, 2007.
- DRAPER, Susana. Against depolitization: Prison-museums, escape memories, and the place of rights. *In: Memory Studies*, n.o 8 (1), pp. 62–74, 2015.
- EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. **Desinformação e democracia: entre comunicação e direito**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Zahar, 1981.

FIORI, José Luis. **Os moedeiros falsos**: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

FONSECA, Frederico; AMARAL, Inês. Exclusão e cidadania na era digital. *In: Janus 2017: A comunicação mundializada, A galáxia internet*, p. 74-75, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Literacy**: Reading the word and the world. New York: Routledge, 2005.

GOULART, René Armand. **1964**: A ruptura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JELIN, Elizabeth. **The struggle for the past**. How we construct social memories. New York: Berghahn Books, 2021.

KINSELLA, Elizabeth Anne. Hermeneutics and Critical Reflection: Reading Gadamer and Habermas on Reflection. *In: Action Research*, 4(3), 256-275, 2006.

LENIN, V. I. U. Imperialismo: fase superior do capitalismo. *In: Germinal: marxismo e educação em debate*, 4(1), 144-224, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da transição democrática ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOURA, Paulo. **Estrutura e conjuntura**: o Brasil e a crise mundial (1968-1978). São Paulo: Edusp, 1980.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

_____. Marcos Nobre analisa o papel das manifestações de 2013 na eleição do presidente Jair Bolsonaro. 2024. *In: Jornal da Cultura*. TV Cultura. São Paulo, 24 de julho de

2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6YdkP2UA65M&t=2s> >.
Acessado em: 18/01/2024.

PRIORI, Alessandra. **A nova direita no Brasil:** conservadorismo, moralismo e mercado. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PORTELLI, Alessandro. What makes Oral History Different. *In:* PERKS; THOMSON. **The Oral History Reader.** London, New York: Routledge, pp. 32-42, 1998.

REIS, Leonardo Avritzer. **A Política nas Redes:** Desinformação, Fake News e a Nova Opinião Pública. São Paulo: Todavia, 2020.

SANTOS, Sofia José; LAPA, Tiago. Desinformação em tempos de exceção: Tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica. *In:* PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel (orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 197-212.

SAFATLE, Vladimir. **O impeachment e a lógica do golpe parlamentar.** São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **O Lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-85.** New York: Oxford University Press, 1988.

STOLER, Ann Laura. Colonial Aphasia: Race and Disabled Histories in France. *In:* **Public Culture**, 23 (1), p. 121–156, April, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past.** Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

Recebido em: 12/06/2024 / Aprovado em: 02/09/2024